



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SAPUCAIA DO SUL

Aos 04 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de SAPUCAIA DO SUL o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000887-89.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidas pelo Juíza Titular BERNARDA NUBIA TOLDO, pelo Diretor de Secretaria LEANDRO PECOITS e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 08.12.1992

Data da última correição realizada: 23.04.2015

Data da Implantação do PJe: 27.06.2014

Jurisdição: Sapucaia do Sul.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 04.04.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Bernarda Nubia Toldo	Juíza Titular	19.07.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Viamão pertence à 58ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende duas vagas de zoneamento, ocupadas pela Juíza Gabriela Lenz de Lacerda e pela Juíza Bárbara Fagundes.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Bernarda Núbia Toldo	Desde 19.07.2012	Juíza Titular	03 anos, 08 meses e 16 dias
Juízas Substitutas Zoneadas				
2	Daniela Meister Pereira	09.02 a 10.03.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	30 dias
3	Bárbara Fagundes	17.09 a 16.10.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	04 dias
		10.02 a 10.03.2016	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	12 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Bernarda Núbia Toldo	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Férias	17.09 a 16.10.2015	30 dias
		Férias	10.02 a 10.03.2016	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.03.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Leandro Pecoits	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	30.07.2012
2	Jacqueline do Prado Moreno Belous	Técnico Judiciário –	Assistente de Juiz	17.08.2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Área Administrativa	Titular (FC05)	
-	Alessandra De Souza Ost	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	13.04.2015
-	Rodrigo Toscano de Britto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	24.07.2015
3	Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	08.09.2014
4	Cesar Pacheco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	24.05.2004
5	Claiton Neorlan da Conceição	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.06.2005
6	Daniel dos Santos Peixoto	Técnico Judiciário - Segurança	Assistente (FC02)	12.11.2011
7	Elisangela Tyczkowski De Paula	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	29.10.2012
8	Aline Teixeira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	27.05.2009
9	Marcos Otavio Ludwig Nunes	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	29.04.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
979,33 processos	751 a 1.000	09 servidores	09 a 10 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa



correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Leandro Pecoits	Curso ou Evento (CURS)	04	05 dias
	Curso Parcial	01	
Jacqueline do Prado Moreno Belous	LPF- Doença em pessoa da família	10	10 dias
Alessandra De Souza Ost	Curso ou Evento (CURS)	01	01 dia
Rodrigo Toscano de Britto	Curso ou Evento (CURS)	06	06 dias
Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi	CASA - Casamento	08	08 dias
Cesar Pacheco	LTS- Tratamento Saúde	27	27 dias
Claiton Neorlan da Conceição	LTS- Tratamento Saúde	03	11 dias
	FALC- Falecimento Pessoa da Família	08	
Daniel dos Santos Peixoto	LTS- Tratamento Saúde	14	14 dias
Elisangela Tyczkowski De Paula	-	-	-
Aline Teixeira	DM- Dispensa Médica	02	20 dias
	LPF- Doença em pessoa da família	04	
	LTS – Tratamento de Saúde	14	



Marcos Otavio Ludwig Nunes	PAT- Paternidade	05	05 dias
----------------------------	------------------	----	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	Ana Lucia Stumpf Gonzalez*	10.03.2014	12.04.2015	01 ano, 1 mês e 03 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria-Assistente de Juiz-FC05 (S)
	Flavia Andrea Prudencio Costa*	13.04.2015	23.07.2015	03 meses e 11 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

* Servidoras exerciam a função de assistente de Juiz – FC 05 (S)

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Diego Marques Vieira	Direito	01.08.2014 a 31.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Bernarda Núbia Toldo	-	-	-	-
Juíza Substituta Zoneada	Daniela Meister Pereira	-	-	28	28
Juíza Substituta Zoneada	Bárbara Fagundes	-	12	92	104

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).



2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Leandro Pecoits	-	-	16	16
Jacqueline do Prado Moreno Belous	22	-	68	90
Alessandra De Souza Ost	-	08	17,5	25,5
Rodrigo Toscano de Britto	-	-	192	192
Rafael Ferraz de Almeida Galeazzi	-	-	113	113
Cesar Pacheco	-	-	11	11
Claiton Neorlan da Conceição	-	-	18	18
Daniel dos Santos Peixoto	-	20	-	20
Elisangela Tyczkowski De Paula	-	-	50	50
Aline Teixeira	-	-	100	100
Marcos Otavio Ludwig Nunes	20	-	140	160

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.03.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 01a Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 02a Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67
Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santa Pana do Livramento - 01a Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 01a Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 751 a 1.000 processos por ano	17.819	18.994	20.491	868,26

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.257	1.086	-13,60%	1.161	6,91%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	130	127	-2,31%	126	-0,79%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.013	895	-11,65%	910	1,68%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	55	47	-14,55%	51	8,51%



Total	2.455	2.155	-12,22%	2.248	4,32%
--------------	--------------	--------------	----------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

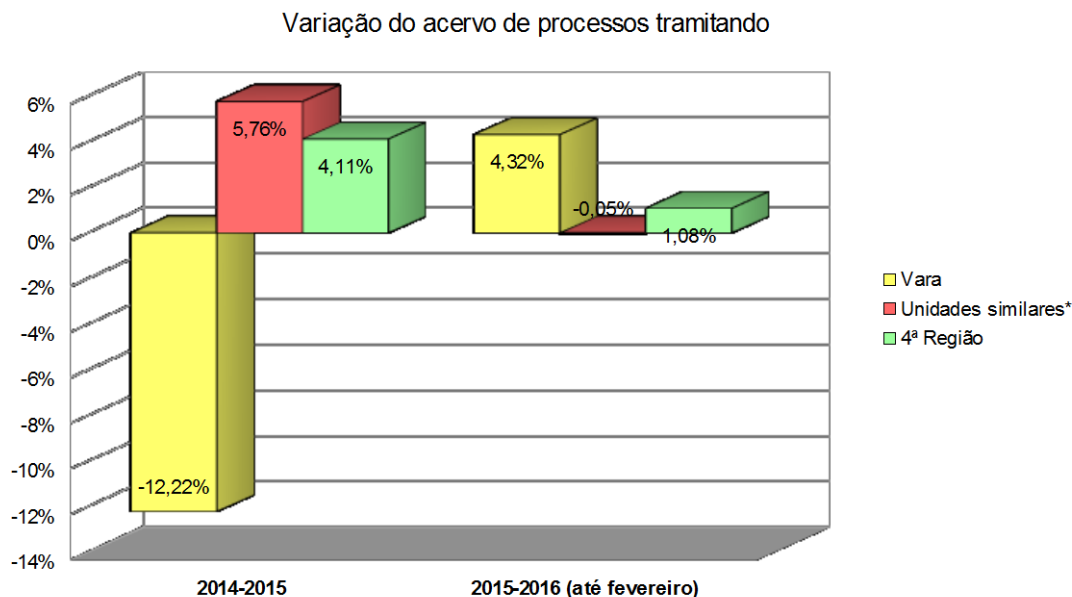
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 12,22% no acervo de processos em tramitação na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para esse resultado (decréscimo de 171 processos).

Os dados coletados no mês de janeiro de 2016 ainda são insuficientes para apontar a tendência do estoque de processos nesse ano.

O gráfico abaixo mostra a comparação do acervo com a média regional no período:



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
------	------	-----------------------	---------------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

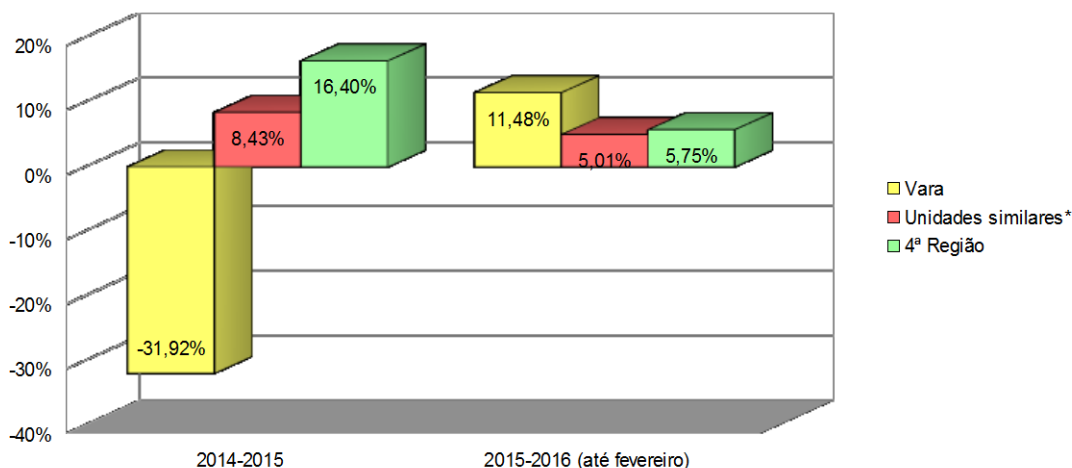
Casos novos	979	1.004	2,55%	187	-81,37%
Sentenças anuladas/reformadas	7	8	14,29%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	807	1.211	50,06%	128	-89,43%
Processos pendentes de solução	755	514	-31,92%	573	11,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 31,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 755 para 514 processos) – desempenho melhor do que o verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para essa redução no estoque foi o aumento no número de processos solucionados (50,06%), com e sem resolução de mérito, na comparação com os números apresentados no ano de 2014.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.01.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve o aumento de 89,90% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Os dados de janeiro desse ano apontam uma redução nesse quadro. Especificações no quadro abaixo:



Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	239	76	-68,20%	158	107,89%
Aguardando encerramento da instrução	435	286	-34,25%	297	3,85%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	32	59	84,38%	46	-22,03%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	49	93	89,80%	72	-22,58%
TOTAL	755	514	-31,92%	573	11,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 01a Vara	82,43%	120,62%	46,33%	68,45%	-43,25%
Unidades similares*	90,54%	92,94%	2,65%	75,19%	-19,10%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 120,62% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 46,33% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 27,68%, bem como 31,50% maior que a média geral de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 01a Vara	50,60%	68,85%	36,07%	18,26%	-73,48%
Unidades similares*	64,72%	66,05%	2,06%	20,01%	-69,70%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, no ano de 2015, o índice de processos julgados



pela 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi de 68,85% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 36,07% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 2,80% superior à média apresentada pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual, bem como 13,65% maior que média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	339	42,01	513	42,36	21	16,41
	Julgado procedente	7	0,87	17	1,4	0	0
	Julgado procedente em parte	287	35,56	395	32,62	69	53,91
	Julgado improcedente	77	9,54	113	9,33	22	17,19
	Extinto	7	0,87	2	0,17	1	0,78
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	35	4,34	42	3,47	3	2,34
	Arquivamento (art. 844 CLT)	36	4,46	104	8,59	10	7,81
	Desistência	8	0,99	20	1,65	2	1,56
	Outras decisões	11	1,36	5	0,41	0	0
TOTAL		807	100	1.211	100	128	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Verificou-se aumento de 404 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um aumento de 50,06%. Esse índice se mostra superior à média em toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13% nesse quesito.

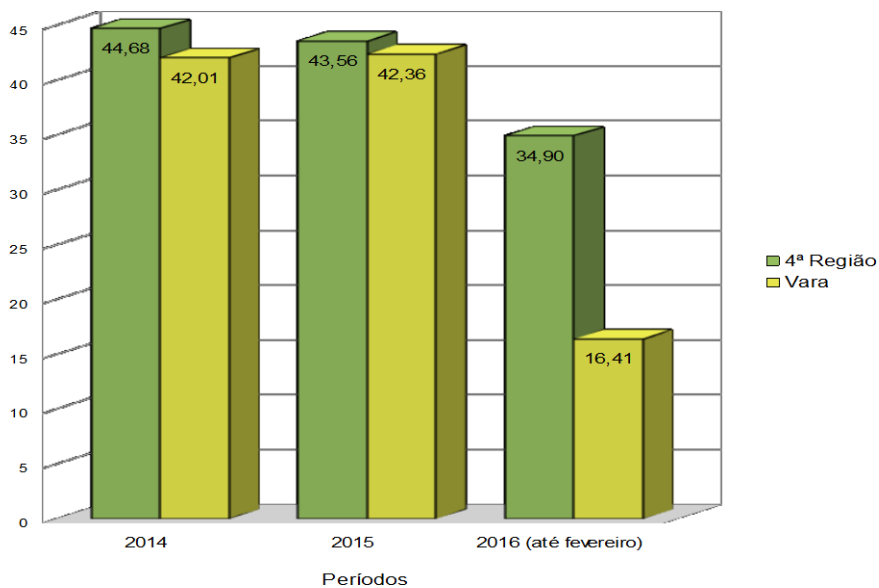
Dentre os tipos de solução, verificou-se aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 378 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2015, esse número foi de 527 decisões, representando um aumento de 39,42%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse aspecto foi superior à média de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região, a qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Além disso, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 339 processos, representando 42,01% do total de solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 513, correspondendo a 42,36% das soluções na fase de conhecimento – índice bastante próximo do verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue:

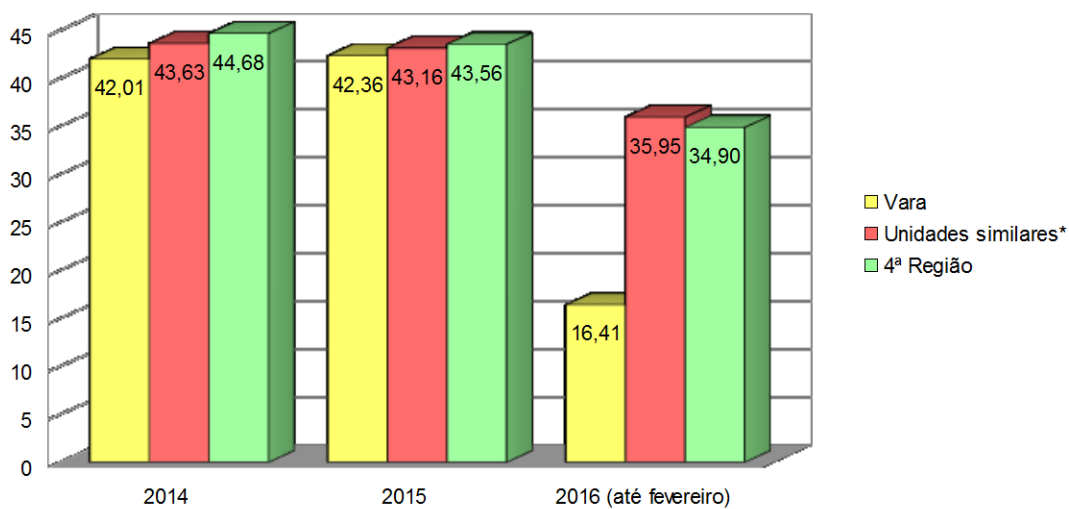


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de conciliações nos processos solucionados



Percentual de conciliações nos processos solucionados





3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes do período anterior	71	127	78,87%	124	-2,36%
Iniciadas	213	295	38,50%	33	-88,81%
Encerradas	149	280	87,92%	39	-86,07%
Pendentes	127	124	-2,36%	117	-5,65%
Arquivo Provisório	1	1	0,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* O número de liquidações iniciadas e encerradas apresenta divergência em face de equívocos no lançamento de andamentos no sistema informatizado. O número de liquidações pendentes reflete a realidade da unidade.

O número de processos pendentes na fase de liquidação apresentou redução de 127, em 2014, para 124, em 2015, importando em uma pequena redução de 2,36%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.329 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

O principal fator que contribuiu para esse decréscimo foi o aumento no número de liquidações encerradas, que passou de 149, em 2014, para 280, em 2015.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01.)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 01a Vara	69,95%	94,92%	35,68%	118,18%	24,51%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	91,59%	-2,48%
TRT4 - 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	79,14%	-10,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 94,92% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 35,68% em relação ao índice do ano anterior. Nesse quesito, o índice da Unidade foi similar ao desempenho médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como um pouco superior à



média geral alcançada pelas Unidades do TRT da 4ª Região (6,52 pontos percentuais).

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Sapucaia do Sul - 01a Vara	52,46%	66,35%	26,47%	24,84%	-62,56%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	19,79%	-68,23%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	14,52%	-73,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul em 2015 foi de 66,35% do número total de liquidações a encerrar - o que representa aumento de 26,47% em relação ao desempenho verificado no ano anterior. Essa performance foi 4,06% superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 12,05% maior que a média geral apresentada pelas Unidades do TRT da 4ª Região.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	235	341	45,11%	46	-86,51%
	Desarquivadas para prosseguimento	588*	185	-68,54%	2	-98,92%
Saídas	Encerradas	378	404	6,88%	41	-89,85%
	Arquivadas Provisoriamente	26	16	-38,46%	10	-37,50%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	4	5	25,00%	8	60,00%
	Demais	439	403	-8,20%	389	-3,47%
	Total	443	408	-7,90%	397	-2,70%
Saldo no arquivo Provisório		789	619	-21,55%	625	0,97%

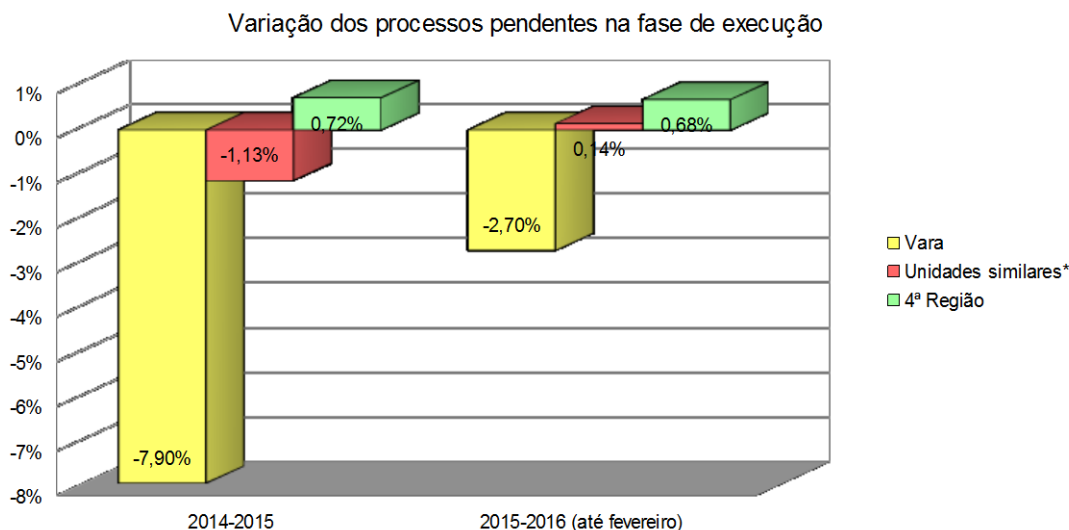
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

*Grande parte do desarquivamento no ano de 2014 foi feito pelo JACEP.

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul diminuiu de 443 para 408 processos, o que corresponde a uma redução de 7,90% em relação ao ano anterior. Esse desempenho médio é



superior àquele apresentado pelas Unidades que compõem o TRT da 4ª Região, o qual registrou uma elevação de 0,72% em seu acervo médio. Os principais fatores a contribuir para essa redução foram um aumento de 6,88% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, associada a uma significativa redução de 68,54% no número de processos desarquivados para prosseguimento.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Sapucaia do Sul - 01a Vara	160,85%	118,48%	-26,34%	89,13%	-24,77%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	43,68%	-40,63%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 118,48% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 26,34% em relação ao índice verificado no ano anterior. Tal performance, ainda que inferior àquela apresentada no ano anterior, foi superior ao resultado demonstrado pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (73,58%) e à média geral do TRT da 4ª Região (80,03%).

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento



definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. Abaixo, relaciona-se a situação processual destes processos:

1	Processo nº 0000075-86.2012.5.04.0291
Situação processual: Em 6-9-2015 foi lançado o andamento “Extinta a execução”. Em 11-9-2015 foi lançado o andamento “Arquivado definitivamente”.	
Histórico BNDT: O executado Supermercado Kowaleski Machado e Fontoura Ltda – ME foi inscrito no BNDT em 24-9-2012, atualmente com a informação “sem garantia”.	

2	Processo nº 0078700-47.2006.5.04.0291
Situação processual: Em 22-5-2015 foi lançado o andamento “Extinta a execução”. Em 25-9-2015 foi lançado o andamento “Arquivado definitivamente”.	
Histórico BNDT: O executado Marcelo Fernando Damas Fernandes foi inscrito no BNDT em 7-3-2012, atualmente com a informação “sem garantia”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.02.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	119	120	14	139	126	31	11	17	22
Antecipações de tutela	62	42	31	94	30	61	68	62	64
Impugnações à sentença de liquidação	15	10	7	19	11	9	1	5	6
Embargos à execução	45	36	17	88	60	49	20	22	49
Embargos à arrematação	1	2	0	2	0	2	0	2	0
Embargos à adjudicação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	6	7	5	6	2	9	0	1	8
Total	249	218	74	348	229	161	100	109	149



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 348 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 39,76% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 5,05% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 218 para 229. Apesar disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 subiu de 74 para 161 processos em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.01.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 149 processos, apresentando pequena redução em relação ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão, conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0139500-12.2004.5.4.0291
Em 16-3-2015 é lançado o movimento “Petição protocolada – Embargos de Declaração”. A manifestação, recebida pelo Magistrado como embargos à execução, tem baixa através do andamento “Decisão em Incidente Processual – Embargos à execução/penhora procedentes”. Como não existe solução para o incidente “embargos de declaração”, este permanece pendente perante o sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0020490-85.2015.5.4.0291
Após apresentação do pedido de tutela antecipada é proferido despacho postergando a sua apreciação para depois da apresentação da defesa. Não existe, até o momento, o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, razão pela qual permanece ele pendente de solução no sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0000217-27.2011.5.04.0291
Em 21-8-2014 foi protocolado “Impugnação à sentença de liquidação”, que foi decidido em 2-9-2014, mediante o andamento “decisão/despacho”. Verifica-se, no entanto, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema e-Gestão, motivo pelo qual este permanece pendente de solução.	
4	Processo nº 0040600-77.1993.5.04.0291
Em 3-11-2014 foi protocolada “Exceção de pré-executividade”, que foi decidido em 7-11-2014, mediante o andamento “decisão/despacho”. Verifica-se, no entanto, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema e-Gestão, motivo pelo qual este permanece pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, as quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

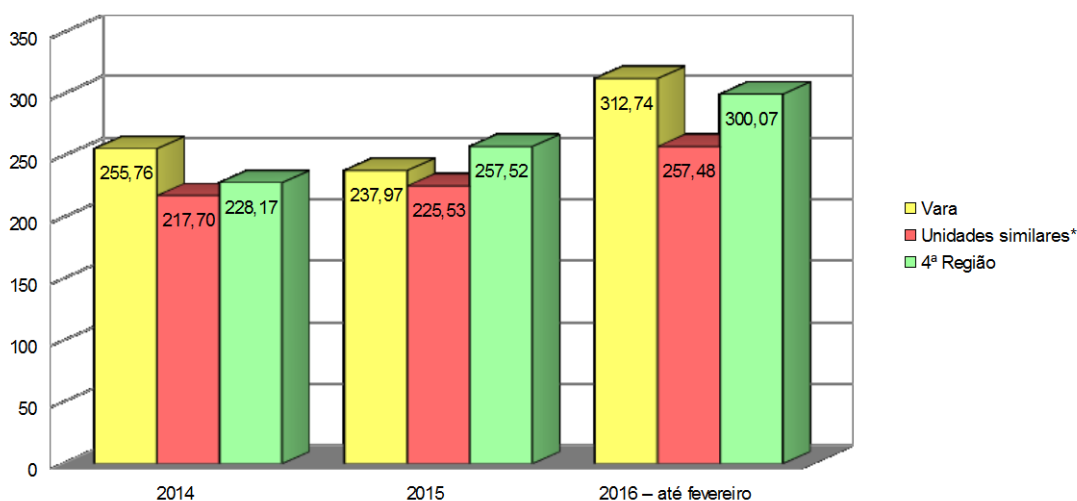
		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	100,49	89,00	-11,44%	122,17	37,27%
	Ordinário	271,35	252,69	-6,88%	322,69	27,70%
	Total	255,76	237,97	-6,95%	312,74	31,42%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul apresentou uma redução de 6,95%, passando de 255,76 para 237,97 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou diminuição de 11,44% em relação à média do ano anterior, passando de 100,49 para 89 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 252,69 dias, 6,88% superior ao prazo médio observado no ano de 2014.

Todavia, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 5,52% superior (12,44 dias) à média apresentada nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 7,59% menor (19,54 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT da 4ª Região, melhorando seu desempenho quando comparado ao do ano de 2014.

Prazo médio total - fase de conhecimento





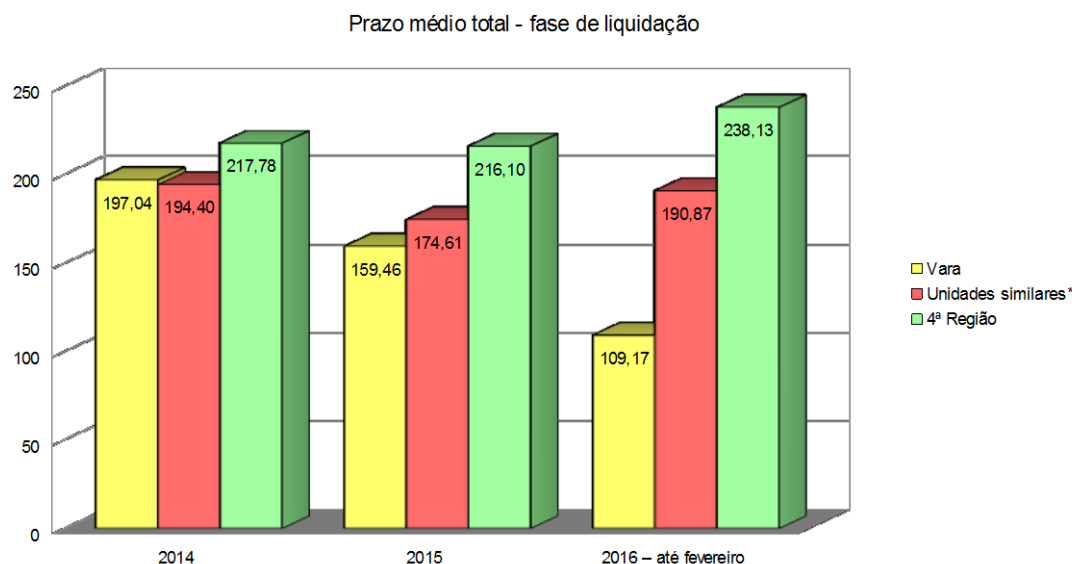
4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	161,5	94,56	-41,45%	81	-14,34%
	Ordinário	201,59	161,86	-19,71%	110,94	-31,46%
	Total	197,04	159,46	-19,08%	109,17	-31,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 94,56 dias, o que equivale a uma redução de 41,45% em relação à média do ano anterior. A mesma redução pode ser observada no rito ordinário, no qual o prazo médio alcançou a média de 161,83 dias, prazo este 19,71% menor na comparação com aquele verificado em 2014.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 8,68% menor (15,15 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 26,21% inferior (56,64 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)



		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	770,78	438,12	-43,16%	311,85	-28,82%
	Ente público	1.423,67	189,36	-86,70%	185,70	-1,93%
	Total	956,39	403,59	-57,80%	276,81	-31,41%

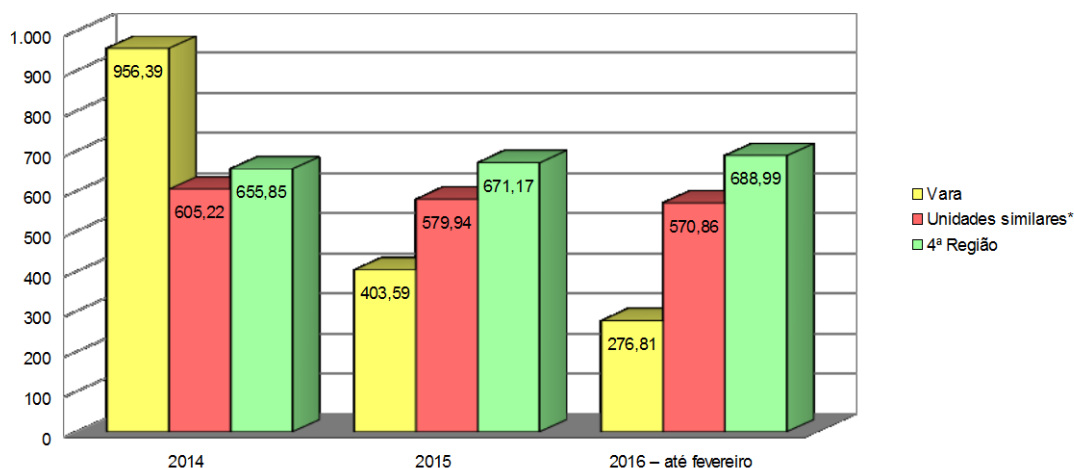
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 770,78 dias, em 2014, para 438,12 dias, em 2015, refletindo uma melhora significativa de 43,16% na duração média do tempo da execução.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.423 dias, em 2014, para 189,36, em 2015, implicando uma redução de 86,70% em sua duração média.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul foi 39,87% inferior (267,58 dias) à média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante superior àquele verificado em 2014, quando a duração média da execução processual havia sido superior à média apresentada pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média geral das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015



5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.004	1.211	120,62%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
616	605	98,21%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
341	454	133,14%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
3	3	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	24	11	23	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	7	4	6	Meta cumprida



3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	1	12	Meta cumprida
5º	União	10	1	9	Meta cumprida
6º	OI S.A.	0	3	0	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1	0	Meta não cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	3	3	2	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	1	0	0	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	255,76	237,97	253,2	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
total de acordos	400	339	369,5	513	374	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)



187	128	68,45%	Período insuficiente para avaliação
-----	-----	---------------	--

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
753	683	90,70%	Indicativo de cumprimento da meta

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
Total de acordos	400	339	369,5	21	377	Período insuficiente para avaliação
Média mensal de acordos	33,33	28,25	30,79	21,00	31,42	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
46	42	91,30%	Indicativo de cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
0	Meta cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ



Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	11	8	10	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	4	2	3	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	1	2	0	Meta não cumprida
5º	União	1	1	0	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	3	3	2	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	3	2	2	Meta cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	0	0	0	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas, pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	5 (I) 4(P) 2(U)	5 (I) 4(P) 2(U)	-	-
Tarde	-	5 (I) 4(P) 2(U)	5 (I) 4(P) 2(U))	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Cesar Pacheco em 04.04.2016)



Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

Conforme relatado pelo Secretário de Audiências César Pacheco, se for necessário, são incluídas maior quantidade de iniciais em cada sessão. Também informou que as Cartas Precatórias Inquiritórias são incluídas no horário das audiências de rito sumaríssimo.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
Inicial	31.05.2016		03.05.2016	
Una Sumaríssimo	18.05.2016		03.05.2016	
Instrução	15.06.2016		15.06.2016	

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências Cesar Pacheco em 04.04.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	54,64	48,21	-11,76%	52,8	9,51%
	Ordinário	63,8	50,98	-20,10%	53,06	4,08%
	Total	62,97	50,73	-19,44%	53,05	4,56%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 54,64 dias, em 2014, para 48,21 dias, em 2015. O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 63,8 dias, em 2014, para 50,98 dias, em 2015.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016



Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	33,12	30,68	-7,34%	70,67	130,31%
	Ordinário	193,97	142,28	-26,65%	152,06	6,88%
	Total	178,3	132,91	-25,46%	148,71	11,89%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 33,12 dias, em 2014, para 30,68 dias, em 2015 (7,34%). O rito ordinário registrou redução da média de 193,97 dias em 2014, para 142,28 dias, em 2015 (26,65%).

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
BERNARDA NUBIA TOLDO	801	661	75	5	1.542
BARBARA FAGUNDES	103	84	12	0	199
DANIELA MEISTER PEREIRA	97	69	23	0	189
Juiz não identificado	1	0	1	0	2
TOTAL- 04ª - RS	1.002	814	111	5	1.932

Juiz (a)	2016 (até 31.01)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
BERNARDA NUBIA TOLDO	40	2	2	0	44
BARBARA FAGUNDES	48	58	4	0	110
Total - 04a - RS	88	60	6	0	154

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade do magistrado foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, o juiz compareceu regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS



2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
BERNARDA NUBIA TOLDO	419	440	2	861	140	1.001
BARBARA FAGUNDES	46	27	0	73	14	87
CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO	-	1	0	1	-	1
DANIELA MEISTER PEREIRA	46	54	0	100	17	117
FERNANDO REICHENBACH	-	3	0	3	-	3
Juiz não identificado	2	0	0	2	-	2
TOTAL	513	525	2	1.040	171	1.211

2016 (até 31.01)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
BERNARDA NUBIA TOLDO	6	56	1	63	7	70
BARBARA FAGUNDES	15	35	0	50	8	58
Total	21	91	1	113	15	128

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Bernarda Núbia Toldo*	
Instrução encerrada	64
Embargos à execução	12
Exceção de pré-executividade	1
Embargos de declaração	1
Juíza substituta zoneada Bárbara Fagundes	
Instrução encerrada	1
TOTAL 79	

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 04.04.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 04.04.2016)

*Segundo informou o Diretor de Secretaria, a Juíza Bernarda Núbia Toldo, no ano de 2015, realizou pauta dupla para reduzir o prazo de audiências (8 turnos), no que obteve sucesso. Entretanto, tal fato acarretou o aumento de processos conclusos para sentença há mais de 50 dias.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e os ofícios são cumpridos em 72 horas. O que for urgente é cumprido no mesmo dia.



Não são expedidas notificações para a Procuradoria Regional Federal porque o Procurador comparece na Unidade uma vez por semana e leva os processos em carga. A Procuradoria da Fazenda Nacional comparece uma vez por mês, principalmente para retirar as certidões de habilitação de custas.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados são cumpridos em 48 horas. Os precatórios e RPVs são expedidos à medida que surgem.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São diariamente apreciadas, em média, 100 petições: 30 nos processos físicos e 70 no PJe. Na data da correição estavam sendo despachadas as petições protocoladas em 01.04.16. As petições urgentes são despachadas de imediato.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação dos prazos, conforme relato do Diretor de Secretaria, é realizada em 7 dias. Por ocasião da correição, estava sendo certificado o prazo de 29.03.2016

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ocorre semanalmente.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis.

7.8. ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito quinzenalmente.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Vara possui poucas execuções reunidas. A principal é da empresa Vacchi S.A. Indústria e Comércio, onde estão reunidos 42 processos, sendo o principal o de número 0040000-56.1993.5.04.0291. A Vara não lança andamento de execução encerrada nos processos reunidos.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inclusão de devedores no BNDT é realizada após decorrido o prazo para pagamento ou garantia do juízo. Já a exclusão do registro do devedor é feita quando realizado o pagamento.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Em relação aos processos em que figuram massas falidas no polo passivo, após a expedição certidão de habilitação, estes são arquivados sem dívida, sendo encerrada a execução.



7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000332-43.2014.5.04.0291	14.03.2016
2	0000330-73.2014.5.04.0291	14.03.2016
3	0000581-62.2012.5.04.0291	21.03.2016
4	0000057-31.2013.5.04.0291	22.03.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.04.2016)

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000616-22.2012.5.04.0291	26.01.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.04.2016)

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 01.04.2016, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 04.04.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **140 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1

Processo nº 0000457-79.2012.5.04.0291



Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: 1) procuração da 1ª reclamada juntada antes do contrato social da reclamada (fls. 26 - 40) (Art. 67 da CPCR) 2) procuração e substabelecimento da 2ª reclamada juntados antes do contrato social (fls. 42- 52).

Termos de juntada com espaços em branco, informações incompletas e abreviaturas: **1)** termo de juntada contendo espaço em branco e abreviatura (f. 271v) (Art. 101 da CPCR e artigos 169, §1º, e 171 do CPC).

Andamento lançado no sistema informatizado sem certidão correspondente nos autos: andamento referente a “devolvido/entregue documento à parte” registrado em 28.01.2016, sem certidão correspondente exarada nos autos (Art. 94 da CPCR)

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – entre protocolo e juntada: recurso ordinário do reclamante protocolado em 13.05.2015 e juntado aos autos em 29.05.2015 (fls. 462v – 463).

2

Processo nº 0000801-26.2013.5.04.0291

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: carta de preposição e procuração juntados antes do contrato social da reclamada (fls. 29-32) (Art. 67 da CPCR).

Termos de juntada com espaços em branco, informações incompletas e abreviaturas: **1)** termo de juntada contendo espaço em branco, abreviatura e sem mencionar os documentos que acompanham a petição do reclamante (f. 399v) (Art. 101 da CPCR e artigos 169, §1º, e 171 do CPC) **2)** termos de juntada contendo abreviação (fls. 409v, 426v **3)** termo de juntada contendo abreviatura e sem mencionar os documentos que acompanham a petição (fl. 428v)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre protocolo e juntada: protocolo da petição do reclamante em 08.08.2014, com juntada em 21.08.2014 (fls. 642v e 643).

3

Processo nº 0057100-67.2006.5.04.0291

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Termos de juntada com informações incompletas: termos de juntada (fls. 549v e 572v) não mencionam os documentos que acompanham as petições do leiloeiro (Art. 101 da CPCR).

Termo de juntada com espaço em branco: termo de juntada (fl. 572v) contendo espaço em branco. (Art. 171 do CPC).

Ausência de inutilização de folha em branco (fl. 625v) (Art. 71 da CPCR)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre preclusão do prazo e certidão correspondente: executado citado para o pagamento em 13.01.2010 (fl. 412v), com certidão referente à ausência de pagamento ou depósito exarada em 11.03.2010 (fl. 413).

Demora no impulso processual - entre conclusão e julgamento: Autos conclusos em 02.08.2010 (fl. 442) para julgamento de embargos à execução, com decisão proferida em 27.01.2011 (fls. 443 -444).

Demora no impulso processual: processo sem movimentação há mais de 30 dias: certidão exarada em 07.12.2015 (fl. 661) acerca do trâmite de ação cível na Justiça Estadual com penhora nos rostos dos autos, sem movimentação posterior.

4

Processo nº 0000950-22.2013.5.04.0291

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios (fls. 517-521 e 578-580) sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR).

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 525v não menciona os documentos que acompanham a petição do reclamado (Art. 101 da CPCR).

Movimentação Processual: nada a apontar.



5 **Processo nº 0000193-28.2013.5.04.0291**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: carta de preposição e instrumento de procuração juntados antes do contrato social da 2ª reclamada (fls. 41-51) (Art. 67 da CPCR).

Andamento lançado no sistema informatizado sem certidão correspondente nos autos: andamento referente à “conclusão para despacho/decisão” em 20.02.2016, sem a correspondente certidão exarada nos autos (Art. 94 da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre preclusão do prazo e conclusão para decisão: preclusão do prazo para resposta a embargos à execução com vencimento em 09.11.2015, com certidão exarada em 16.11.2015 (fl. 535v), e conclusão para sentença realizada em 20.02.2016.

6 **Processo nº 0000810-85.2013.5.04.0291**

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: cartas de preposição e instrumentos de procuração juntados antes dos contratos sociais das reclamadas (fls. 41- 60) (Art. 67 da CPCR).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: **1)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 26.01.2015 para apresentação de recurso. **2)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 18.02.2015 para contrarrazões. **3)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 28.08.2015 para 2ª reclamada ter ciência dos cálculos com prazo preclusivo (Art. 95 da CPCR).

Ausência de juntada de certidão de notificação gerada pelo sistema informatizado: ausência nos autos das certidões das notificações direcionadas às partes e relativas à ciência dos cálculos apresentados pelo Perito (fls. 358 – 397) em 12.11.2015, as quais foram expedidas em 16.11.2015 (Art. 79, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual: entre preclusão e ato subsequente: vencimento do prazo para contrarrazões com vencimento em 18.02.2015, com termo de remessa ao Tribunal realizado em 23.03.2015 (fl. 275).

Demora no impulso processual: entre preclusão e conclusão para decisão subsequente: preclusão do prazo de ciência de cálculos para 2ª reclamada em 28.08.2015, com conclusão para decisão em 03.10.2015 (fl. 353).

7 **Processo nº 0000480-54.2014.5.04.0291**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: Vencimento do prazo das notificações para ciência da sentença (fls. 339 -340) em 16.02.2016, com certidão exarada em 04.03.2016 (fl. 345).

8 **Processo nº 0000284-21.2013.5.04.0291**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 134v não menciona os documentos que acompanham a petição do reclamado (Art. 101 da CPCR).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 02.03.2015 para o reclamado ter ciência dos cálculos com prazo preclusivo (Art. 95 da CPCR).

Andamento lançado no sistema informatizado sem certidão correspondente nos autos: andamento referente à “conclusão para despacho/decisão” em 22.02.2016, sem a correspondente certidão exarada nos autos (Art. 94 da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual: petição protocolada e conclusão para sentença: embargos à execução protocolado em 23.04.2015 (fl. 160), com conclusão para



sentença em 22.02.2016 (InFOR).

9

Processo nº 0000436-69.2013.5.04.0291

Fase: Execução Encerrada

Aspectos Gerais dos Autos: Ausência da hora de início da audiência: Atas de audiência das fls. 14) não consta a hora de efetivo início dos trabalhos (Art. 91 da CPCr)

Ausência de decisão ou despacho determinando o arquivamento dos autos e retirada de documentos: Notificações expedidas (fls. 156-157) às partes para retirada de documentos sem despacho anterior nesse sentido ou certidão “de ordem” (Artigos. 96 e 130 da CPCr)

Movimentação Processual: Demora no impulso processual- entre preclusão de prazo e certidão correspondente: Vencimento do prazo recursal do reclamado em 10.02.2014, com certidão correspondente exara em 01.04.2014 (fl. 70).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: 1) decisão proferida em 06.05.2015 (fl. 128) determinando o lançamento da conta, com cumprimento em 29.06.2015 (fl. 129) 2) decisão determinando expedição de RPV proferida em 26.08.2015 (fl.133), com cumprimento em 29.09.2015 (fl. 135).

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 01.04.2016.

Prática	Exemplos
Registros desatualizados	0045400-80.1995.5.04.0291
Registros desatualizados	0077400-02.1996.5.04.0291

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria durante a inspeção, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Quanto à liberação do depósito recursal ao autor, de acordo com o Diretor de Secretaria, o juiz, quando da homologação da conta, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do reclamante.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



Primeiro é feito o BACEN, RENAJUD e INFOJUD. Se o resultado for positivo, o sócio é incluído no polo passivo e citado para embargar.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 27.06.2014

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 01.01.2016 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos
Processos com petições avulsas	-	1
Com habilitações não lidas	-	11
Com pedido de liminar	-	3
Com petições não apreciadas	-	47
Mandados devolvidos OJ	-	11
Pasta	Fase	Quantidade de Processos
Aguardando cumprimento de providência	Conhecimento	135
Aguardando cumprimento de providência	Liquidação	3
Aguardando cumprimento de providência	Execução	60
Apreciar urgentes	Conhecimento	3
Controle de Sobrestamento/Suspensão	Conhecimento	3
Controle de Sobrestamento/Suspensão	Execução	7
Controle manual do prazo pós sentença	Conhecimento	83
Prazos vencidos	Conhecimento	2
Prazos vencidos	Liquidação	2
Prazos vencidos	Execução	1
Triagem inicial	Conhecimento	13

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 01.01.2016)

Conforme informou o Diretor de Secretaria, e tal como foi constatado no sistema, na data da inspeção, em 04.04.2016, estavam sendo certificados os prazos vencidos do dia 20.03.2016, bem como estavam sendo apreciadas as petições protocoladas em 01.04.2016.



A triagem inicial é feita pela Coordenadora da CCDF.

O trabalho é dividido por carteira e, segundo o Diretor, os servidores apresentam um alto grau de comprometimento. As subpastas são organizadas por data, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Verificou-se boa gestão dos processos eletrônicos, organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A unidade diminuiu o acervo de processos em tramitação em 12,22%, índice muito melhor que as unidades da mesma faixa de movimentação processual e que a média do TRT4.

Merece elogios pela redução de 31,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao ano anterior, principalmente devido ao número de processos solucionados (50,06%), desempenho muito melhor do que o verificado em toda a 4ª Região no período.

Segundo informou o Diretor de Secretaria, a Juíza Bernarda Núbia Toldo, no ano de 2015, realizou pauta dupla para reduzir o prazo de audiências (8 turnos), no que obteve sucesso, pois o prazo médio das audiências está adequado, tanto no rito sumaríssimo quanto no rito ordinário. Entretanto, tal fato acarretou o aumento de processos conclusos para sentença há mais de 50 dias.

Em relação à execução, o tempo de tramitação total nesta fase foi em torno de 40% inferior à média de toda a 4ª Região.

A unidade alcançou as metas 1, 2, 5 e 6 estabelecidas pelo CNJ no ano de 2015, respectivamente: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; Julgar, até 31.12.2015, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução e Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no primeiro grau, e até 31/12/2013, no segundo grau.

Atingiu, ainda, as metas específicas de reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014 e, também, de aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.



Registra-se não ter havido expedientes na Ouvidoria em relação à unidade.

Conforme relatado pelo Diretor de Secretaria, a divisão do trabalho entre os servidores - nos processos físicos - é feita por tarefa. Nos processos eletrônicos o trabalho é dividido por carteira.

A Unidade conta, atualmente, com 9 servidores e um estagiário.

Na inspeção realizada, verificou-se que as instalações são boas e o espaço é organizado. Percebe-se o empenho da equipe e o envolvimento de todos para o bom andamento do trabalho, apesar da falta de um servidor no quadro. Parabeniza-se a Unidade pelo resultado que vem alcançando.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais)

Recomenda-se que, na medida do possível, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial nos processos do rito sumaríssimo, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais no rito ordinário.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos Processo nº 0000075-86.2012.5.04.0291, nº 0078700-47.2006.5.04.0291 com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Constata-se um grande número de Antecipações de Tutela pendentes de decisão na unidade. Todavia, pela análise feita por essa Vice-Corregedoria, grande parte está solucionada, porém sem o devido registro da solução no sistema informatizado.

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da “Impugnação à sentença de liquidação”, apresentados pela reclamada no processo nº **0000217-27.2011.5.04.0291**;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº **0040600-77.1993.5.04.0291**;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos ao processo nº **0139500-12.2004.5.4.0291**. Em 16-03-2015 foi lançado o movimento “Petição protocolada – Embargos de Declaração”. A manifestação, recebida pelo Magistrado como embargos à execução, teve baixa através do andamento “Decisão em Incidente Processual – Embargos à execução/penhora procedentes”. Como não existe solução para o incidente “embargos de declaração”, este permanece pendente perante o sistema e-Gestão;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas Bernarda Núbia Toldo e Bárbara Fagundes profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.12.1 e 7.12.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso temporal para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPC;
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPC;



- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da... CPCG);
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) retire, periodicamente, a listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: 0000193-28.2013.5.04.0291 e 0000284-21.2013.5.04.0291.
- f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- g) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR.

8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **2 processos** parados. Determina-se que sejam atualizados os registros dos processos n. 0045400-80.1995.5.04.0291 e 0077400-02.1996.5.04.0291.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. O Vice-Corregedor, na ocasião, concedeu entrevista ao vivo para a Rádio ABC de Novo Hamburgo bem como para o repórter Anderson Loureiro do Jornal Destaque de Sapucaia do Sul.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza BERNARDA NUBIA TOLDO, pelo Diretor de Secretaria LEANDRO PECOITS e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Vice-Corregedor Regional